

FATO RELEVANTE

O Governo de Alagoas alerta o mercado e as instituições nacionais sobre o preocupante agravamento dos desastres ambientais causados pela Braskem na capital de nosso Estado, em meio a tratativas sobre a venda de parte da empresa para o fundo árabe ADNOC. Há previsão de formação de crateras em bairros centrais a qualquer momento.

O Estado reitera a sua posição irredutível em defesa dos interesses de Alagoas, dos municípios da região metropolitana de Maceió e de cerca de 150 mil vítimas do maior crime ambiental urbano do mundo, provocado pela petroquímica, que vem sendo acompanhado pelo Grupo de Trabalho de Combate ao Crime da Braskem.

As consequências deste megadesastre estão longe de uma solução, como se vê com o colapso das minas de Salgema. O Governo de Alagoas já demonstrou a existência de um passivo em torno de R\$ 30 bilhões da petroquímica, conforme estudo recém-concluído.

Qual a razão por trás deste “esquecimento”, que soa como uma manobra proposital, uma possibilidade de logro em curso lesando o estado e nossa gente?

Este FATO RELEVANTE serve para mais uma vez advertir as autoridades federais competentes da nossa preocupação e firme intenção de ir às últimas consequências institucionais e legais para fazer prevalecer os direitos dos credores alagoanos, já supracitados, que sorratamente se tenta ignorar.

Há uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), aprovada pelo Senado Federal, fruto dessa vontade de Alagoas e das vítimas de passar a limpo esse e outros fatos estranhos ocorridos nesses últimos 5 anos pós-desastre.

Não nos opomos à venda da empresa, mas é preciso que antes o seu passivo em Alagoas seja equacionado. E, para isso, estamos abertos à negociação. Porém, é preciso estabelecer um modelo de acordo adequado diante do tamanho da realidade do desastre, e não como tem sido a recorrente postura da Braskem de ofertar valores vis.